

Cooperativas Populares de Reciclagem e a articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental.

Arlete Candido Monteiro Vieira
FAPI – Faculdade de Pindamonhangaba/
ABPES – Associação Brasileira Pes q.Economia
Solidária/
arletemonteiro@terra.com.br

Fabio Ricci
UNITAU – Universidade de Taubaté
fabioricci@uol.com.br

RESUMO

Esse artigo objetiva apresentar a pesquisa que investigou a viabilidade da articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental. Delimitou o estudo a análise dos projetos de implantação, planejamento e a sustentabilidade no contexto político, econômico e social.. A metodologia usada quanto aos objetivos foi exploratória; aos procedimentos foi pesquisa de campo e ao objeto foi bibliográfica. Os instrumentos foram: observação sistematizada e pesquisa documental. Os dados foram coletados de 2006 a 2007 e após análise comparativa verificou-se a influência ambiental que formaram os fatores de sucesso para a sustentabilidade e possível replicação. Os resultados comprovaram que apesar da crise do mercado de trabalho apresentar um quadro complexo, e os desafios enfrentados pelas cooperativas populares, essa forma de trabalho pode ser uma alternativa possível e sustentável aos trabalhadores, desde que tenham consciência social para a colaboração, a cooperação, a autogestão e a solidariedade, cujas ações sejam direcionadas por políticas sociais de apoio e incentivos, projeto de coordenação externa visando à inclusão produtiva e seja atividade de prevenção e/ou combate à situação de vulnerabilidade social e promoção de condições de vida mais digna e emancipação socioeconômica.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Reciclagem, Gestão de Resíduos Sólidos.

1. INTRODUÇÃO

O desemprego estrutural e crônico que prevalece hoje em escala mundial tornou ilusórias as políticas econômicas que coloquem o foco exclusivamente no crescimento econômico e nos incentivos aos investimentos empresariais. O caso do Brasil é ilustrativo: a retomada do crescimento está sendo acompanhado pela criação de empregos formais com baixa remuneração e alta rotatividade, o que perpetua a má distribuição de renda no país.

A maioria dos países capitalistas está mergulhada em uma crise do trabalho que se manifesta sob a forma de taxas elevadas de desemprego, com o aumento do desemprego de longa duração, que em muitos casos se transforma em patologia e exclusão social.

A crise se manifesta por consequência do empobrecimento de milhões de famílias que haviam usufruído, no mínimo, de um padrão satisfatório de vida, o que agrava outras carências: de saúde, de habitação, de escola, de alimentação (SINGER, 1999).

O caráter contraditório das relações sociais na contemporaneidade abre espaços para que distintos atores sociais busquem oportunidades para o encaminhamento de suas demandas, incluindo os que se vêem sem possibilidades de inclusão digna no mercado de trabalho. Diante dessa realidade, o trabalho associativo e cooperativo parece ser uma das respostas viáveis, em termos de condições e meios de trabalho, ao considerar-se o empobrecimento das populações e a falta de oferta de emprego (VERONESE, GUARESCHI, 2005)

O presente artigo representa o desenvolvimento da pesquisa de mestrado defendida em 2005 no Programa de Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté-SP, que enfocou o cooperativismo como alternativa de geração de trabalho e renda. Dando continuidade, buscou-se desenvolver trabalhos técnicos junto a empreendimentos solidários de reciclagem de resíduos sólidos localizadas no Vale do Paraíba Paulista. Foram pesquisadas e analisadas três cooperativas populares, selecionadas por aretratarem o cooperativismo popular como empreendimento solidário.

Para a estruturação metodológica as informações foram tratadas de forma exploratória, qualitativa e bibliográfica, apoiando-se na observação sistematizada e documental. Delimitou-se a análise da orientação dos projetos de constituição, sua evolução dentro da estrutura cooperativista, alinhando e interagindo os aspectos sociais e ambientais, com o estudo da viabilidade dos empreendimentos solidários de geração de renda.

A marginalização gerada pelo desenvolvimento capitalista e a urgência de ações, sentida ora por pessoas da sociedade engajadas em causas sociais, ora pelo próprio poder público na implantação de programas e projetos para atender as realidades locais de desenvolvimento e provocar um fenômeno que promovesse a alternativa de mudança em uma relação produtiva incapaz de absorver uma camada de trabalhadores à margem das exigências do mercado de trabalho e estarem extremamente ligadas ao desenvolvimento da comunidade em que se situam. É neste contexto que o cooperativismo populariza-se no meio urbano como possibilidade de organização dos menos favorecidos (Singer, 2003).

A reciclagem parece beneficiar-se duplamente desta conjuntura. Primeiro porque, para o setor, crise é sinônimo de oportunidade, com a recessão levando ao aumento do grupo dos catadores, engrossado por novos desempregados e por pessoas que buscam complementação de renda; segundo, porque o surgimento de experiências de geração de trabalho e renda que reúnem catadores revela-se um aspecto positivo para o aumento da qualidade dos materiais coletados

Considerou-se o aspecto ambiental como elemento integrador, devido ao enfoque globalizante e por a mesma apresentar possibilidades de integração e interações em todos os níveis necessários para o desenvolvimento de programas sócio-ambientais, levando-se em conta a percepção de quando se alia o social, o ambiental e o econômico, torna-se possível oferecer condições sistemáticas para uma renovação no pensamento que possibilite atitudes ecologicamente corretas para a construção de um ambiente sustentável.

O presente texto primeiramente apresentará uma breve revisão da literatura sobre Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Gestão de Resíduos Sólidos na esfera municipal, depois, serão descritos os empreendimentos solidários objeto de estudo e

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Torna-se importante apresentar a diversidade e pluralidade de conceitos relacionados à Economia Solidária, enquanto modelo contra-hegemônico de construção de um projeto de sociedade centrada no trabalho e no ser humano.

RAZETO (1993) considera “economia popular de solidariedade” a interface da economia popular e da economia solidária, constituída por organizações econômicas populares que se caracterizam por unidades produtivas que têm como prática cotidiana, ou horizontes os processos de trabalho autogestionários e solidários.

CORAGGIO (2000; 2003), chama de “economia do trabalho” o conjunto integrado de múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores,

tendo o trabalho como recurso central e a reprodução ampliada da vida como principal estratégia de sobrevivência.

ICAZA E TIRIBA (2003) chamam de “economia popular” o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais.

ARROYO (2003) chama de “economia popular solidária” aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. E aí a economia começa a se fundir, a se misturar com outros valores com que a economia atual não dialoga.

WAUTIER (2003) chama de “economia social” o conjunto de organizações e empresas cujas atividades produtivas respondem a princípios prioritários: adesão livre, democracia interna, lucratividade limitada, respeito da dimensão humana da atividade e solidariedade. Os três pilares desta economia são as cooperativas (economia mercantil); as mutualidades (economia não mercantil); as associações (caracterizadas pelo trabalho de proximidade).

Para SINGER (2003), Economia Solidária pode ser entendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito - organizados sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática nas decisões na gestão. Nesse conceito, se observa que o relacionamento intersubjetivo entre os atores da Economia Solidária é de fundamental importância na caracterização de sua definição e na concretização de sua ação econômica, social e política.

Percebem-se pontos de conexão entre os conceitos como aspectos valorativos, políticos, ideológicos, éticos; a valorização do ser humano como centro do desenvolvimento econômico e social; a construção de laços sociais entre os trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares; atividades produtivas, de prestação de serviços e de trocas em outra perspectiva de desenvolvimento econômico e social; a centralidade do trabalho e relações cooperativas e solidárias na organização e realização do mesmo. O conceito de economia solidária se encontra em processo de evolução e mudança, sendo um termo que mais trata de uma inclusão de formas organizacionais cooperativas, associadas e mutuas e, portanto, pode contribuir de modo mais eficaz para uma sociedade mais justa.

O principal objetivo da economia solidária é organizar empreendimentos econômicos para viabilizar alternativas de trabalho e renda para grupos de pessoas nos quais todos são responsáveis pelo que o empreendimento vai produzir ou pelos serviços que vai prestar como ele vai produzir e o que fará com os resultados.

O sucesso de um empreendimento de economia solidária está diretamente relacionado com o grau de comprometimento das pessoas que dele fazem parte. Portanto, sua viabilidade não depende apenas das condições materiais de que dispõe, mas também do compromisso de todos com os acordos feitos coletivamente.

3. COOPERATIVISMO POPULAR

O cooperativismo pode ser instrumento para a luta de determinados grupos sociais pelo redesenho de padrões culturais, sobretudo aqueles que se referem a hábitos relacionados com os mecanismos de produção/distribuição/consumo de bens e serviços.

Os socialistas utópicos como: Proudhon, Buchez, Louis Blanc, Saint-Simon, Fourier e Robert Owen – cujas idéias e práticas deram bases para o exercício do cooperativismo –,

influenciaram, também, os chamados “Pioneiros de Rochdale”, que durante o processo de criação da cooperativa estabeleceram os “Princípios de Rochdale”, que servem de pontos cardeais ao cooperativismo até os dias de hoje.

Em outra variante de compreensão, pode-se perceber que os princípios do cooperativismo possuem relação com os princípios fundamentais da cooperação, compreendida como uma possibilidade de eliminação das diferenças entre as pessoas, conforme argumenta Borgadus (1964), Marx (1985) e Lenin (1980). Nestes termos pode-se estar dando fundamentos ao que pode ser chamado de Cooperativismo Popular como o que é sugerido em Guimarães (1999) e conforme argumenta Lauschner (1982).

Caso o cooperativismo popular venha a ser exercitado em grande escala e aglutinando setores, pode-se vislumbrar a possibilidade de se vivenciar o que Maurer Junior (1966) chama de ordem cooperativa ou o que Pinho (1977) chama de economia cooperativa ou o que Robert Owen chamou, de acordo com Thompson (1989), de nova visão de sociedade. Ou ainda como um dos itens que ajudam na descoberta de novos instrumentos alternativos ao capitalismo globalizado, como argumenta (SANTOS, 2002).

O cooperativismo popular, ao qual este artigo se refere, e que se pressupõe aproximar-se do exercício dos princípios fundamentais da cooperação, da prática da autogestão e da busca da composição de alianças estratégicas contra a pobreza e a exclusão social. Bem como, trata-se de um tipo de cooperativismo que se pressupõe aproximar de uma certa articulação com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania.

No Brasil, este tipo de cooperativismo está se desenvolvendo e é parte constitutiva de um movimento que se convencionou chamar de Economia Solidária.

3. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A preocupação com o lixo surge como de grande importância, uma vez que a destinação correta e sensata, ecologicamente e sanitariamente, dos milhões de toneladas gerados podem minimizar o impacto ocasionado pela sociedade sobre o meio ambiente. Este fato torna-se bem observado quando se sabe que o Brasil produz, diariamente, cerca de 100 mil toneladas de lixo – o equivalente a uma fila de caminhões de 5 toneladas de capacidade ocupando uma distância equivalente a 10 pontes Rio-Niterói. Cada brasileiro gera em média 500 gramas de lixo diariamente, que podem chegar a mais de 1 kg dependendo do poder aquisitivo e do local em que mora (Farias, 2003). Em algumas cidades brasileiras, quase que a metade do lixo não é coletada, mas atirada de qualquer maneira nas ruas, em terrenos baldios, rios, lagos, mar, etc..

Para tal, considerando o conceito de desenvolvimento sustentável, que se apóia nos modos de produção e consumo viáveis em longo prazo para o meio ambiente, a gestão de deste “lixo” deve ser racional quanto aos recursos naturais, à redução da quantidade de resíduos gerados, sua valorização e a minimização dos riscos associados ao tratamento e destinação final.

No Brasil, atribuiu-se ao lixo, segundo a NBR 10.004 – Resíduos Sólidos - Classificação, de 1987, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, que normatiza providências no sentido da classificação dos resíduos que o compõem) – a denominação de “resíduos sólidos”; residuu, do latim, significa o que sobra de determinadas substâncias, e sólido é incorporado para diferenciá-lo de líquidos e gases. De acordo com a referida norma, Resíduos Sólidos são todos aqueles resíduos nos estados sólido e semi-sólido que resultam da atividade da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição ou agrícola. Incluem-se lodos de ETAS (Estações de Tratamento de Água) e ETES (Estações de Tratamento de Esgotos), resíduos gerados em equipamentos e instalações

de controle da poluição, e líquidos que não possam ser lançados na rede pública de esgotos, em função de suas particularidades.

A gestão de resíduos sólidos municipal é um sistema que administra os resíduos sólidos produzidos em toda a área municipal não-industrial; resíduos classe II-A provenientes de restos de varrição (de ruas, avenidas, etc.), orgânicos de feiras, podas, entre outros, resíduos de serviço de saúde (Classe I), resíduos inertes (Classe II-B); contemplando os métodos de coleta, transporte, tratamento, e disposição final destes, além de iniciativas de cunho educativo que visem conter a produção descontrolada e incentivos para ação corretiva da disposição irregular.

Atualmente, na maioria das cidades brasileiras, o lixo é descartado de forma irregular em lixões ou terrenos vazios, podendo provocar degradação ambiental.

A problemática dos resíduos não se restringe apenas à questão da destinação final dos mesmos, a falta de conscientização da população diante dos problemas relacionados aos resíduos é o ponto de maior importância a ser trabalhado pelos agentes públicos.

Segundo FRITSCH (2000), produzir resíduos é inerente ao ser humano, destiná-los adequada e satisfatoriamente é o maior desafio das administrações públicas e essa atividade não pode ser exercida sem a colaboração direta do município.

No Brasil, o crescimento populacional atingiu cerca de 2,2 milhões de pessoas entre os anos de 1999 a 2000, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001).

Se considerarmos esses números e a geração média de cerca de 500 g de lixo / pessoa / dia, pode-se concluir que diariamente são produzidos milhares de toneladas de lixo nas cidades brasileiras, refletindo, assim, o quadro dramático enfrentado pelas prefeituras municipais, já que a produção de lixo é contínua e não há disponibilidade de área para disposição final dos resíduos.

A partir disso, entende-se que a problemática maior relacionada aos resíduos está concentrada nas atitudes da própria sociedade.

Quanto maior a quantidade de lixo gerada por uma cidade, maiores são os gastos com ele. Por isso, incentivar a redução da geração de resíduos é uma das estratégias para que os municípios consigam reduzir sua receita, no que se refere aos gastos com a coleta, tratamento e disposição final destes. Porém, antes mesmo de se procurar reduzir a produção de resíduos, é fundamental investir na prevenção.

Por contenção de despesas os municípios não estão mais contratando pessoas para trabalharem nos serviços de limpeza pública, principalmente para os serviços de varrição.

O lixo urbano atual não é o mesmo de vinte anos atrás, ele mudou em quantidade e qualidade, em volume e composição. Atualmente, ele apresenta uma grande quantidade de embalagens. O lixo rural também teve seu volume aumentado devido à presença de sacos plásticos e frascos, como as embalagens plásticas em geral e de agrotóxicos, as quais podem contaminar o ambiente ou causar prejuízos para animais, caso as consumam.

Entende-se como “Gestão dos Resíduos Sólidos”, todas as normas e leis relacionadas a este e como “Gerenciamento Integrado dos resíduos Sólidos”, todas as operações que envolvem os resíduos, como coleta, transporte, tratamento, disposição final, entre outras (LOPES, 2003).

Segundo ANDRADE (1997), o conceito “Gerenciamento” surgiu na escola de administração, associado às noções de planejamento e controle. Na área dos resíduos sólidos,

este conceito adequou-se as medidas de prevenção e correção dos problemas, vislumbrando a prevenção dos recursos naturais, a economia de insumos e energia e a minimização da poluição ambiental. Dentro do gerenciamento, destacam-se ainda as questões de responsabilidade e o envolvimento dos setores da sociedade em relação a geração dos resíduos.

De acordo com TEIXEIRA e ZANIN (2001), a reciclagem dos materiais pode ser entendida como “o processo através do qual os constituintes de um determinado corpo ou objeto passam, num momento posterior, a ser constituintes de outro corpo ou objeto, semelhante ou não ao anterior. Nesse sentido, trata-se de um fenômeno de larga ocorrência no ambiente natural, é imprescindível para manutenção da vida como se apresenta na Terra. Na maioria das vezes, tal processo é denominado apenas como reciclagem (ciclagem de nutrientes, ciclos biogeoquímicos), embora o prefixo ‘re’ enfatize seu caráter recorrente”.

Os programas de reciclagem são essenciais para a maioria das condições de operação dos aterros sanitários, pois podem proporcionar o prolongamento de sua vida útil pela diminuição da quantidade de resíduos descartada.

A reciclagem diminuiu a quantidade de resíduos lançado no ambiente contribuiu para a conservação dos recursos naturais, minimizando a utilização dos recursos naturais não-renováveis, sendo assim, é uma prática conveniente para os órgãos estaduais de proteção ambiental.

A reciclagem para recuperação de um resíduo depende dos seguintes fatores:

- Proximidade da instalação de reprocessamento;
- Custos de transporte de resíduos;
- Volume dos resíduos disponíveis para o processamento;
- Custos de estocagem do resíduo no ponto de geração e fora do local de origem.

Dessa forma, para que a reciclagem de um determinado resíduo seja viável faz-se necessário uma análise dos custos e benefícios. Sendo assim, o material poderá ser recuperado, caso seu valor de venda tenha condições de concorrer com o valor de mercado de um material não recuperado, ou ainda, se os gastos com a sua recuperação forem menores que os gastos com o transporte, tratamento ou disposição.

A participação de catadores e catadoras na coleta seletiva de lixo das cidades tem sido uma grande contribuição dessas pessoas para o circuito da reciclagem e para a limpeza pública. É uma atividade econômica que integra outros aspectos importantes como a geração de renda, a proteção aos recursos naturais, a educação ambiental, a inclusão social e a prestação de serviços públicos.

Torna-se importante ressaltar o fomento dado a atividade de reciclagem executada pelas cooperativas com o Decreto Federal nº 5.940 de 25/10/2006 que ao instituir a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis aumentando assim as possibilidades de sustentabilidade das cooperativas.

3. OS EMPREENDIMENTOS E SEU CONTEXTO

3.1. COOPERATIVA JACAREI RECICLA

O município de Jacareí localiza-se no nordeste do estado de São Paulo, no Vale do Paraíba. Tem por divisa, ao norte e nordeste o município de São José dos Campos, ao sudoeste o município de Guararema, ao sul o município de Santa Branca, ao leste os municípios de Jambeiro e Paraibuna, a noroeste o município de Igaratá e a oeste o município de Santa Isabel. Ocupa uma área de 460,0 Km² com um relevo plano.

O município de Jacareí localiza-se na região do Paraíba do Sul na denominada Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI – 02, que abrange 38 municípios.

Segundo os levantamentos realizados pela Fundação – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no CENSO demográfico do ano 2000, Jacareí conta em média com uma população de 200.000 habitantes.

O município conta com uma economia em franco desenvolvimento, com um expressivo número médio de 160 indústrias e 5.600 estabelecimentos comerciais. No parque industrial do município destacam-se as atividades do setor de metalurgia, confecção, serralheria, editorial e gráfica, materiais de construção e produtos químicos

Dentre os resíduos domiciliares coletados pelo município de Jacareí, 46,9% tem potencial para comercialização no mercado nacional de materiais recicláveis, de acordo com um estudo levantado pela empresa PROEMA, responsável pelo Plano de Limpeza Urbana de Jacareí (2002).

As práticas de gerenciamento foram previamente pesquisadas e identificadas de fontes seguras tais como Planos de Limpeza Urbana municipais, livros temáticos na área de resíduos e gerenciamento, seminários, sites específicos, e demais informações relevantes para o projeto, bem como a participação em métodos de implantação de práticas gerenciais.

Foi realizado o levantamento das áreas de disposição irregular no município de Jacareí, bem como as práticas de cálculos de volume de resíduos gerados, taxa de coleta de lixo, e Disposição atual do Aterro Sanitário e futuro Aterro de Inertes.

Foram realizadas posteriormente:

- Visitas de campo a áreas de disposição irregular de resíduos sólidos e levantamento fotográfico;
- Monitoramento e fotos por satélite (SPRING);
- Levantamento de possíveis áreas de implantações para futuros aterros e problemáticas ambientais destas;
- Zoneamento Urbano para disposição de resíduos no município através da Lei do Uso e Ocupação de Solo e demais legislações vigentes;
- Mapeamento do município para possíveis implantações de entrepostos de materiais recicláveis e resíduos inertes;
- Dados numéricos de implantações de gerenciamentos implantados;
- Levantamento de custos de implantação do plano;
- Levantamento e acompanhamento do Licenciamento do Aterro de Inertes;

Em 2002 o Município de Jacareí, através de sua Secretaria de Meio Ambiente, apresentou o PLANO DE LIMPEZA URBANA – PLU prevendo a nova gestão dos resíduos

sólidos gerados no município, contemplando estudos referentes à geração destes resíduos, implantação de coleta containerizada, ampliação da varrição, operação do aterro sanitário, implantação da coleta seletiva através da inclusão de catadores, coleta e tratamento de RSSS – Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde.

Em janeiro de 2003, a Prefeitura Municipal de Jacareí objetivou a implantação do PLU - através da contratação dos serviços da empresa ENOB AMBIENTAL, vencedora da concorrência pública (Processo de licitação).

Em 2004 o município editou as leis nº 4853/2004 – Disciplina o gerenciamento, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento destinação final dos resíduos de serviços de saúde, institui preço público e dá outras providências, atualmente em fase de revisão para adequação às normas federais, a saber: Resolução CONAMA 358 de 29 de abril de 2005 e Resolução da Diretoria Colegiada – e nº 4854/2004 - Dispõe sobre os procedimentos de segregação, armazenamento, transporte e disposição final dos resíduos sólidos da construção civil, estabelecendo responsabilidades, infrações e penalidades.

A Prefeitura Municipal de Jacareí e a Associação Vale Reciclar, através de um convênio assumiram o compromisso de realizar, em parceria, algumas proposições para o Sistema de Reciclagem de Materiais previstas no Plano de Limpeza Urbana de Jacareí, contemplando a participação dos catadores organizados pela Associação Vale Reciclar, na continuidade do sistema de coleta porta a porta.

Através deste convênio estipulou-se metas a serem atingidas visando a melhoria contínua do sistema de gerenciamento municipal, sendo estas:

- Aumentar a coleta de materiais recicláveis que são dispostos atualmente na coleta regular;
- Prolongar a vida útil do aterro sanitário;
- Continuar a gerar trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis;
- Normalizar e regulamentar as atividades dos catadores de materiais recicláveis;
- Contribuir na educação ambiental e estimular o exercício da cidadania, promovendo a participação da comunidade na coleta seletiva de materiais recicláveis.
- Capacitar os catadores de materiais recicláveis, a fim de trazer melhorias para o sistema de coleta seletiva e no desempenho da Associação Vale Reciclar.

Em meados de 2005, a Prefeitura Municipal de Jacareí através da Secretaria de Meio Ambiente realizou o 1º Curso de Capacitação de Catadores de Materiais Recicláveis com o apoio da VCP - NEA (Núcleo de Educação Ambiental) VOTORANTIM - visando capacitar pessoas que trabalham com a coleta seletiva e separação de materiais recicláveis, para fortalecimento da Associação existente (Vale Reciclar) e posterior implementação de uma cooperativa, onde os cooperados terão maiores possibilidades de crescimento e lucro.

No curso os catadores foram orientados para trabalhar de forma mais organizada, nas questões de meio ambiente, educação ambiental, higiene, saúde, segurança no trabalho, cooperativismo e administração. Também foram realizadas visitas à cooperativas com experiências de sucesso, à palestras com catadores como incentivo motivacional e instruções do SEBRAE dando suporte para formação de cooperativa.

Após o término do curso um grupo se uniu a fim de formar a 1ª Cooperativa de Catadores de Jacareí, visando uma melhor organização para recolhimento dos materiais, melhor distribuição de renda e aumento de produção (maior coleta no município).

Estes cursos profissionalizaram os catadores autônomos, constroem ideais entre estes e fazem com que, através da socialização em grupo, construam-se sistemas de trabalho organizados na forma de cooperativa.

Além disso, a continuidade do curso aumentou a socialização e inclusão de uma classe que sempre foi discriminada pela sociedade civil, promovendo um aumento da adesão de segregação dos resíduos recicláveis em residências e posteriormente diminuindo aqueles resíduos que anteriormente eram enviados ao aterro sanitário ou mesmo dispostos em locais inadequados.

A Cooperativa Jacaré Recicla é formada por catadores que trabalhavam de forma autônoma e que hoje contam com o apoio municipal. A prefeitura capacita os cooperados, promovendo a integração social e a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, por meio de projetos de geração de renda

A cooperativa de catadores de papel Jacaré Recicla possui 50 integrantes e recebe auxílio da prefeitura, com local para recolher e separar o material, além de transporte. Toda a receita com as 60 toneladas reunidas por mês, de R\$ 20.000,00, é dividida entre os cooperados, que gera renda próxima a R\$ 500,00 para cada um. Além da coleta nos bairros, os catadores também recebem material nos LEVs (Local de Entrega Voluntária), também cedidos pela prefeitura.

3.2 COOPERATIVA AMIGOS DO LIXO

O município de Guaratinguetá situa-se no Estado de São Paulo, em uma importante artéria rodoviária, a via Dutra, entre as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Várias indústrias se implantaram em Guaratinguetá pela sua posição geográfica e devido às vias de acesso. Existem cerca de 40 indústrias de pequeno porte, 15 de médio porte e 18 grandes indústrias, perfazendo um total de 69. De acordo com dados do IBGE, Guaratinguetá possui cerca de 110 mil habitantes, sendo 98 mil na área urbana e 7 mil na área rural, dos quais 36 mil trabalham em algum setor da atividade econômica local. Em relação a esse total, apenas 25% possui algum tipo de contrato formal de trabalho.

O Projeto “Amigos do Lixo” nasceu da síntese de dois projetos. Um deles, elaborado pelo engenheiro André Luiz de Paula Marques, técnico da Secretaria de Serviços Urbanos de Guaratinguetá e especialista em tratamento do lixo urbano, buscava realizar um programa integrado de gestão dos resíduos sólidos para Guaratinguetá. Isso significava, entre outras coisas, a introdução da coleta seletiva para a reciclagem em toda a cidade e a transformação do “lixão” em um aterro sanitário. No longo prazo, previa-se a sua transferência para uma área fora da cidade.

O outro projeto, elaborado pela psicóloga e técnica social da Caixa Econômica Federal, Ana Marina Lourenço Pereira de Almeida, colocava em evidência a preocupação com a situação social dos catadores do “lixão” e dos que trabalhavam na rua, sem, contudo esquecer a dimensão ambiental do tratamento que o município vinha dando ao lixo.

Como se percebe, apesar de terem sido elaborados por pessoas diferentes, os projetos se complementavam em seus objetivos. Por isso, seus autores iniciaram uma série de reuniões com vários representantes de setores importantes da sociedade civil buscando viabilizar um projeto comum e legitimá-lo do ponto de vista social com a adesão de setores externos a administração pública.

Dessa forma, elaborou-se um projeto para a coleta seletiva de lixo com a finalidade de melhorar as condições de trabalho dos catadores e iniciar um processo de participação de toda a comunidade na preservação do meio ambiente. Nascia ali, em junho de 2000, a idéia

original do Projeto Amigos do Lixo. O engenheiro André e a psicóloga Marina tem sido, desde então, os coordenadores desse Projeto.

O antigo sistema de acondicionamento e coleta de lixo de resíduos sólidos domiciliares em Guaratinguetá não era muito diferente do sistema de outros municípios brasileiros. Como a coleta não era feita de forma seletiva, todo o lixo do município era despejado no “lixão”, onde se podia presenciar diariamente a disputa pelo material reciclável, mesmo sujo e contaminado, por homens, mulheres e até crianças.

O planejamento do projeto foi iniciado em julho de 2000 e contou com o apoio de vários cidadãos voluntários, dentre eles estudantes, professores e empresários locais. Primeiramente foi feito um levantamento das pessoas que exerciam a atividade de coleta no lixão e nas ruas centrais da cidade, suas condições socioeconômicas, seus hábitos e costumes. De posse dos resultados, organizaram-se reuniões com os catadores para discutir as suas necessidades, suas expectativas, a atividade em si e suas aplicações sociais e ambientais, bem como a importância de se organizarem para o aperfeiçoamento de sua atividade.

Nessas reuniões, pôde-se constatar o grande interesse das pessoas em melhorar suas condições de vida. Em seguida foi feita uma avaliação do mercado para o material reciclável e dos potenciais compradores da região, pois existem no município e cidades vizinhas vários depósitos de sucatas, que já estavam sendo abastecidos pelos próprios catadores.

Para dar início à coleta seletiva, foram confeccionados dez carrinhos, financiados por um empresário local. Foram também confeccionados 800 folhetos explicativos de como separar o material reciclável, com ênfase na educação ambiental, e 3 mil adesivos para a divulgação do Projeto, subvencionados pelo Serviço Autônomo de Águas de Guaratinguetá (SAAEG) e por empresários. Com o apoio do Senac, do Sebrae e de várias outras organizações, foi realizado o primeiro curso de capacitação profissional para os catadores.

A metodologia e o material utilizado foram fornecidos pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), firmando assim o conceito de que os catadores formam uma categoria profissional e ressaltando o caráter de utilidade pública dos serviços por eles prestados. A estrutura do curso foi dividida em sete módulos: relações humanas, limpeza pública, saúde do catador, trânsito, reciclagem, princípios do cooperativismo e aspectos práticos da cooperativa.

A partir de então, os catadores passaram a ser chamados de agentes ambientais. Tal denominação teve dois propósitos: enfatizar o relevante papel dos catadores na preservação ambiental; e ao trata-los como uma categoria profissional, buscava-se também eliminar o estigma que é atribuído a pessoas que sobrevivem dos materiais recicláveis retirados do lixo.

Em seguida foi realizado um trabalho porta-a-porta, envolvendo alunos de escolas e cidadãos de vários segmentos da sociedade com o objetivo de conscientizar e apresentar os agentes ambientais aos moradores da região de implantação do projeto-piloto.

O projeto-piloto foi implantado na zona oeste de Guaratinguetá, nos bairros Pedregulho e Alto Pedregulho, com características tanto comerciais como residenciais e com uma população de 8.878 habitantes, em sua maioria de classe média. A região foi escolhida porque nela já havia sido desenvolvido anteriormente um trabalho de coleta seletiva: o Projeto “Luxo do Lixo”, da Obra Social Nossa Senhora da Glória, juntamente com a Cáritas Brasileira, regional de São Paulo.

No dia 7 de setembro de 2000, os agentes ambientais foram apresentados à população de Guaratinguetá, durante as comemorações cívicas deste dia. Os agentes participaram das festividades juntamente com seus filhos, o que representou um importante momento para as novas atividades que estavam assumindo, pois muitos tinham vergonha do trabalho que

faziam por considerá-la indigna. “Antes, nós estávamos escondidos dos olhos dos outros lá no lixão”, lembra Dona Vera. Nesse mesmo dia, a população foi informada a respeito dos materiais que podem ser reciclados, preparando-se para colaborar com o trabalho dos catadores.

O Projeto Amigos do Lixo já conquistou o apoio de empresas privadas, instituições e da Prefeitura. Para que se tenha uma idéia da importância desse apoio, somente o papelão coletado da BASF tem permitido aos Amigos do Lixo pagarem a parcela mensal relativa ao financiamento da compra de um caminhão.

A Prefeitura emprestou um terreno para a construção da Central de Triagem Amigos do Lixo e um caminhão com motorista para a realização da coleta de material juntado pelos Agentes Ambientais em suas rotas. Vários empresários têm doado material de construção, uniformes, equipamentos de segurança e voluntários ministram um curso de alfabetização para adultos. Fundamental nesse processo também tem sido a participação da Associação Comercial de Guaratinguetá, que mobiliza vários empresários para dar suporte ao Projeto.

Com o propósito de divulgar o Projeto, promover a inserção social dos Agentes Ambientais e recolher materiais recicláveis, os próprios agentes participam freqüentemente de festas e eventos organizados no município. Os coordenadores do Projeto também realizam palestras em escolas e empresas na busca de novos parceiros. Desde dezembro de 2001 vem ocorrendo um curso de alfabetização de adultos que contribui para que os agentes ambientais ampliem os seus horizontes de atuação.

A implantação do Projeto de coleta seletiva proporcionou aos agentes ambientais uma expressiva mudança comportamental e de suas expectativas de melhoria da qualidade de vida. O valor recebido pelo trabalho está vinculado à produção, mas não é inferior ao salário mínimo (dados de 2002). Além disso, percebe-se uma melhora no aspecto de higiene pessoal e também uma preocupação com a aparência pessoal: eles se vestem de forma mais apresentável, as mulheres estão mais vaidosas e uma grande parte conseguiu se desvencilhar do alcoolismo. Alguns já estão conseguindo fazer melhorias em suas casas e até já sonham com a casa própria. Assim, não sentem mais vergonha de sua atividade, pois surgiu a consciência da relevância da profissão e sobretudo porque a comunidade os trata como “amigos”.

Também há uma constante preocupação por parte dos coordenadores com questões relativas a igualdade de gênero e raça. Dos 60 agentes ambientais, 35 são mulheres. O número maior de mulheres em relação aos homens reflete a situação anterior ao Projeto, quando elas já predominavam no trabalho de separação de materiais recicláveis nas ruas e no lixão da cidade.

Com os apoios recebidos do poder público, do comércio e das indústrias, os Amigos do Lixo ampliaram a sua atuação para além dos bairros do projeto-piloto, atendendo quase 60% da população da cidade.

Cada agente tem rotas previamente definidas para coleta e em um local próximo a cada uma delas há um Ponto de Entrega Voluntária (PEV), no qual o agente guarda o seu carrinho e junta o material por ele coletado ou entregue voluntariamente pelos moradores da sua região. Até o momento, esses PEV's são áreas emprestadas por algum morador ou instituição. Com freqüência, o caminhão passa pelo PEV, retira todo o material e o leva para a Central de Triagem, onde os resíduos são pesados, separados por tipo, prensados e enfardados para a venda. Cada agente ganha por produção e há um rigoroso controle sobre a identificação do seu material ao chegar à Central. Os agentes que optaram por trabalhar na Central ganham um salário fixo.

Em fevereiro de 2002, com o auxílio do Banco do Povo do governo estadual, a Cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá conseguiu adquirir, por meio de financiamento, um caminhão para o aumento da coleta seletiva no município. Em abril do mesmo ano, foi realizado o 3o Curso de Capacitação Ambiental, do qual participaram 41 novos agentes.

Graças ao apoio de várias instituições públicas e privadas, os agentes ambientais e os candidatos a agentes (catadores que ainda permaneciam no lixão) passaram também por um curso sobre cooperativismo. O curso foi o ponto de partida para a formação da Cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá.

Há também uma preocupação com a melhoria da qualidade do processo de coleta desde a origem até a venda dos produtos. Para atender a essa preocupação, pretende-se contar com o apoio de algumas empresas parceiras para a construção de várias casinhas com forma e cores padronizadas, que funcionarão como PEV's e serão instaladas em praças ou jardins de cada região coberta por um agente ambiental. Até o momento, os agentes têm usado garagens ou galpões emprestados, além de ficar fora do alcance da maioria da população da área, não têm uma infra-estrutura adequada para dar suporte ao trabalho do agente.

Os Amigos do Lixo também querem obter autonomia em relação ao poder público, e por isso querem obter a concessão, por meio de um projeto de lei, das áreas emprestadas pela Prefeitura. A concessão, pelo período de 20 anos, evitaria uma possível interrupção do projeto por causa de eventuais mudanças de governo. O atual prefeito tem sido um grande parceiro dos Amigos do Lixo e já se mostrou também favorável à formulação desse projeto de lei. Por outro lado, os próprios vereadores da cidade são simpáticos ao Projeto, e tudo indica que também serão favoráveis ao pleito dos catadores.

A permanência do Projeto ao longo do tempo também pode ser garantida pelos tipos de parcerias que os Amigos do Lixo desenvolvem com empresas doadoras de material, bem como com os compradores dos materiais recicláveis. Por exemplo: a BASF é o principal parceiro até aqui e devido à sua política ambiental e de responsabilidade social, tem interesse em cooperar com um projeto como este, o que indica uma permanência dessa parceria por um longo tempo.

Além disso, um dos importantes objetivos dos Amigos do Lixo é aumentar para 21 o número de produtos comprados por empresas que atestem, via Declaração Oficial da CETESB, que o seu processo de reciclagem e produção é ambientalmente sustentável. Atualmente são sete produtos, e com essa expansão pretende-se garantir a sustentabilidade ambiental por todo o ciclo de vida de cada produto coletado, vendido e reciclado.

Tal sistema permitirá também parcerias exclusivas com empresas interessadas em doar material reciclável, mas que façam exigências quanto ao destino final do material. Nesse sentido, os Amigos do Lixo também inovam e criam um diferencial com relação a qualquer outro sistema de coleta de material reciclável na cidade e na região.

Finalmente, é objetivo constante capacitar continuamente os cooperados, em especial os da diretoria e da administração, para que continuem gerenciando a Cooperativa independentemente dos fundadores e coordenadores do Projeto. Pretende-se que aos poucos a Cooperativa seja gerida pelos próprios cooperados.

O Projeto Amigos do Lixo demonstra reunir as características de uma iniciativa voltada para a preservação do meio ambiente e à inclusão social. Ao coletar o material na fonte geradora, evita-se a contaminação com outros tipos de materiais presentes no lixo, proporcionando uma boa qualidade aos materiais recuperados e um preço melhor no momento da comercialização.

O Projeto permite, ainda, que os catadores de lixo passem a integrar uma nova categoria profissional: a de agentes ambientais, prestando à sociedade um serviço de extrema utilidade pública.

A experiência promove a cidadania não apenas dos catadores, como de toda a coletividade, ao envolvê-la em um processo social e ambiental. Com isso, o Projeto se aproxima de outras importantes iniciativas de reciclagem e de promoção da cidadania dos catadores, alinhando-se ao Movimento Nacional dos Catadores.

A proposta do projeto Amigos do Lixo era fazer com que as pessoas que viviam dos recursos do lixão superassem sua pobreza, resgatassem sua dignidade, transformassem o lixo em solução rentável e ainda possibilitasse a conscientização da sociedade para os problemas ambientais ocasionados pelo lixo, deu tão certo que eles foram muito além dela

3.3 COOPERATIVA RE-SI-CLANDO

O município de Taubaté situa-se no vale médio do Rio Paraíba do Sul, Estado de São Paulo, tem posição geográfica excepcional, estando no eixo de circulação entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, centros de maior produtividade e de maior concentração populacional do país. Liga-se diretamente a Ubatuba e suas afamadas praias, a Campos do Jordão com suas decantadas montanhas e também ao sul do Estado de Minas Gerais por modernas estradas de rodagem, possui um forte setor comercial, com aproximadamente 5.600 estabelecimentos, além de ser considerada a "Cidade Universitária" do Vale do Paraíba. A indústria do município é uma das mais fortes do estado, com empresas multinacionais e nacionais. Uma das principais características de Taubaté, é que na cidade não são encontradas favelas e a maioria de seus bairros são de classe média.

O Projeto Re – SI – Clando foi desenvolvido pelo Lar Irmã Amália, entidade beneficente (registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança/Adolescente; na Coordenadoria Estadual de Fomento da rede de Assistência Social da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; no Conselho Estadual dos Direitos da Criança/Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social, com Certificado de Fins Filantrópicos).

Em 1998 com o agravamento da crise de trabalho dos pais das crianças assistidas, optou por desenvolver um projeto de inclusão na área de reciclagem, que gerasse renda para as famílias e proteção para o meio ambiente. Neste sentido buscou junto ao Poder Público Municipal a cessão de terreno, parcerias com empresas e entidades para a construção do galpão e demais condições para o início das atividades. Discutido na Agenda 21 (Fórum Ambiental Municipal) teve como resultado em 15/Março/2000 a implantação da Coleta Seletiva em 5 bairros da cidade com destinação dos resíduos para o Galpão de Triagem.

Os equipamentos utilizados são cedidos pela Cáritas Diocesana em contrato de comodato que estipula uma taxa mensal de R\$ 200,00.

O início dos trabalhos foi possível tendo por base o cadastro das pessoas que sobreviviam da coleta de sucata. De início o projeto beneficiava 18 pessoas que trabalhavam na triagem dos resíduos e recebiam um salário mínimo mensal, recolhimento da contribuição do INSS, cesta básica, 3 refeições diárias, acompanhamento psicossocial e prioridade para a matrícula dos filhos na creche e no projeto para adolescentes.

Contava ainda com a participação de entidades/ grupos e comunidades que desenvolvem atividades esportivas, de assistência social ou de saúde e que vêm obtendo através da coleta de materiais condições financeiras para suas despesas bem como a participação dos usuários no processo de promoção humana.

O projeto ainda colaborava com o Conselho da Comunidade e Poder Judiciário possibilitando a reintegração de 15 pessoas que cumprem penas alternativas através da prestação de serviços para a comunidade.

Para o desenvolvimento das atividades teve como apoiadores: Organizações Não Governamentais, Prefeitura Municipal, Universidade, Escolas públicas e privadas, Órgãos Públicos Municipais, Federais e Estaduais, como também condomínios residenciais.

Em outubro de 2007 o sonho da concretização de uma cooperativa foi realizado, e atualmente conta com 25 cooperados, mantém todos os apoios e firmou parcerias com supermercados, Shopping Center, Secretaria da Educação, os cooperados trabalham diariamente separando e realizando processamentos primários no material reciclável. Depois de passar pela cooperativa, o material é comprado por intermediários que, com condição de adquirirem grandes quantidades, vendem as toneladas para empresas privadas de reciclagem.

A autogestão e sustentabilidade são exercidas na sua plenitude pelo fato da cooperativa exercer sua autonomia em todos os aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver projetos desta natureza, o indivíduo não deve ser visto somente como aquela pessoa que separa o lixo, para dele tirar seu sustento, mas sim, para também estar presente em todas as atividades e eventos realizados em prol da sociedade, assumindo a função de um educador ambiental. Tarefa esta que já vinha sendo praticada, uma vez que, na função de catador de lixo, além do aspecto econômico, eles sempre estiveram, inconscientemente, envolvidos com a causa ambiental.

Procurou-se compor um quadro em que se pudesse compreender o discurso teórico, onde a economia solidária se apresenta como alternativa ao desemprego e oportunidade de geração de trabalho e renda, e a realidade concreta, apresentada pelas cooperativas estudadas no contexto do desenvolvimento regional; entendidas essas cooperativas como organizações que constroem novas relações de trabalho com o mercado. Neste caso unem-se os três pilares do desenvolvimento sustentável, atendendo aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica por parcelas marginalizadas da sociedade

Ficou comprovada a mudança comportamental dos agentes de reciclagem, com sua integração social e a formação de consciência cidadã, evidenciadas pelos relatos de apoderamento da condição de trabalhadores e de participantes de uma sociedade/comunidade, com exteriorização do sentimento de pertencimento do meio social. As práticas de Educação Ambiental, que até então eram vistas com reservas, pela população quase que em geral, vêm ocupando espaço dentro das comunidades, sendo considerado um importante instrumento, não só de formação de consciência, como também de apoio ao manejo de resíduos sólidos domiciliares urbanos, ajudando a viabilizar novos programas de coleta seletiva e formação de novas cooperativas, melhorando de forma direta a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis e, indiretamente, da população em geral.

Esta informação é fundamental na medida em que, neste trabalho de pesquisa, partiu-se da consideração de que consciência ambiental e funcionalidade à sociedade de consumo, bem como transformações no mercado de trabalho representam os elementos fundamentais na disseminação da reciclagem e suas contribuições a gestão ambiental.

Conclui-se então que, se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, elas encontram na economia solidária uma forma de viver, potencializando ações de pessoas simples em

empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o estabelecimento de acordos, parcerias, apoios e políticas públicas municipais necessárias ao sucesso dos empreendimentos e comprovando que a articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental contribuem para a construção de um ambiente sustentável.

REFERÊNCIAS

ARROYO, J. Economia Popular e Solidária. In: MEDEIROS, A. & MARTINS, P. H. (Orgs.) Economia Popular e Solidária – Desafios Teóricos e Práticos. Recife: Bagaço, 2003

BORGADUS, E. S. Princípios da cooperação. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Lidador, 1964.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRYCHETE, G.; LARA, F. e COSTA, B. (Orgs.) Economia dos Setores Populares: entre a Realidade e a Utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000.

FARIAS, J. S. Gestão Integrada de resíduos Sólidos. 2003.

FRITSCH, I. E. Resíduos Sólidos e seus Aspectos Legais, Doutrinários e Jurisprudenciais. 2000.

GUIMARÃES, G.. Por uma tecnologia do trabalho. In: Sindicalismo e cooperativismo. São Paulo/Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/RITCP's/UNITRABALHO, 1999

ICAZA, A. M. S. e TIRIBA, L.. Economia popular. In: CATTANI, A. D. (Org.) A outra economia. Porto Alegre: Editora Veraz. 2003.

LAUSCHNER, R. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. In: Revista Perspectiva Econômica, nº 36, v. 12. São Leopoldo: UNISINOS, 1982

LENIN, V. I. Sobre a cooperação, In:Obras escolhidas. Ed. Alfa-Omega.1980

LOPES, A.A. Estudo da Gestão e do Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de São Carlos (SP). 2003.

MARX, K. Cooperação. In: O Capital. V. I, São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1983

MAURER JUNIOR, T. M. O cooperativismo: uma economia humana. São Paulo: Ed. Pioneira-Methodista, 1966

PINHO, D. B.. Economia e cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI e GUTIÉRREZ. Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C.. Introdução: para ampliar o cânone da produção” In: SANTOS, Boaventura de Sousa, org. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002

_____ Economia solidária. In: CATTANI, Antônio (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio, Paz e Terra, 1997. 3 volumes. (Prefácio e Capítulo 1 do V. I; Capítulos 1, 3, 4 no V. II; Capítulo 4 do V. III)

VERONESE, M. V. e GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822005000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 08.2008

WAUTIER, A. M. Economia Social na França. In: CATTANI, A. D. A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003